

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Geraldo Magela Arco Verde
Ricardo Hott Junior

Pouca participação popular na gestão pública em BH

**Ator que declara o problema: Fórum Mineiro de Participação
Popular**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Especialização Gestão Estratégica de Políticas Públicas, pela Universidade Estadual de Campinas.

Orientadora: Marinalva Soares Murça

São Paulo

2015

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO.	3
1.1- PARTICIPANTES DA EQUIPE.....	3
1.2- O PROBLEMA	3
1.3 - ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA	3
1.4 - APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	3
2. FLUXOGRAMA.	5
3. NÓS EXPLICATIVOS.	6
4. IDENTIFICAÇÃO DOSNÓS ESTRATÉGICOS.....	8
5. ANALISE DOS NÓS ESTRATÉGICOS.	9
6. ARVORE DO PROBLEMA.....	12
7. PLANO DE AÇÃO.....	14
8. ANALISE DOS ATORES.....	18
9. ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES.	20
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	29

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - PARTICIPANTES DA EQUIPE

- Geraldo Magela Arco Verde
- Ricardo Hott Junior

1.2 - O PROBLEMA

POUCA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA EM BH

1.3 - ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA

FÓRUM MINEIRO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

1.4 - APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A escolha do tema **“POUCA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA EM BH”** tem um apelo especial, em primeiro lugar, o nosso envolvimento pessoal na implantação em 1993 de um governo de esquerda – democrático e popular – numa coalização encabeçada pelo Prefeito Patrus Ananias do Partido dos Trabalhadores tendo como Vice – prefeito Dr. Célio de Castro PSB, apoiada pelo PC do B, comprometido com os princípios de uma gestão democrática, transparente e zelosa com a coisa pública, e com a inversão de prioridades, dando vez aos mais pobres e excluídos socialmente.

Em segundo lugar propõem-se a diferenciar a política de participação popular da gestão deste período à gestão da nova aliança construída pela atual gestão e pela maioria do PT-BH, não a unanimidade, que investiu numa política de aliança à direita com o PSDB de Aécio Neves e teve como candidato Marcio Lacerda, milionário do ramo da telefonia que teve o PT integrando a chapa, com o vice Roberto Carvalho.

O novo governo de 2008, junto com a maioria do PT e seus aliados externos, que ao invés de promover avanços à administração municipal, tendo em vista a política iniciada em 1993, desconstituiu o que foi construído nas gestões anteriores implantando uma gestão privatizante, elitista, conservadora, que favorece o poder econômico mais cruel que condena os mais pobres a exclusão social sem a devida proteção do estado. E que apesar de construir vários mecanismos de participação, sua política não incentiva a participação, a maioria destes mecanismos são consultivos e consolidam o modelo privatizante que a administração adotou.

Felizmente o PT-BH rompeu com a atual coligação PSB-PSDB em 2010, deixando o governo, mas, infelizmente, muitos dos quadros políticos do partido continuaram como colaboradores do regime imposto apoiando a crueldade de exclusão social que fomos obrigados a suportar por nossos próprios erros – pelo poder.

O Município de Belo Horizonte em Minas Gerais, tem em sua historia intensa mobilização cidadã, onde os movimentos sociais e os partidos de esquerda nunca abriram mão de lutar pelo estabelecimento de políticas comprometidas com a cidadania. Tem em, nosso conceito, uma vocação libertaria para as quais podemos

citar na historia de nosso país a resistência do povo negro à escravidão com os Quilombos, a revolta contra a usurpação portuguesa às nossas riquezas minerais através Inconfidência Mineira e a articulação nacional para a travessia do cruel regime de exceção da ditadura militar para o regime democrático que ora vivemos, além de ser anfitriã da maior mobilização de trabalhadores na greve da construção civil e outras do movimento popular e sindical, tais como metalúrgicos, moradia, estudantil e das Comunidades Eclesiais de Base.

GESTÃO DEMOCRÁTICO POPULAR DE 1993 A 2008

A partir da implantação da gestão democrático - popular e participativa em 1993 a cidade vivenciou um novo modelo de gestão que enfatizava pela primeira vez um planejamento na perspectiva de fortalecer três eixos de governo: o da democracia, da inversão de prioridades onde a população mais pobre e excluída da sociedade teria prioridade nas ações dos novos gestores e o da participação popular.

Dentro de uma visão de esquerda criou-se um novo viés de investimentos por parte do governo, as primeiras ações foram no sentido de incentivar politicamente a organização de instrumentos de participação popular, assim como os conselhos populares de acompanhamentos das políticas temáticas e de fiscalização de investimentos como as COMFORÇA.

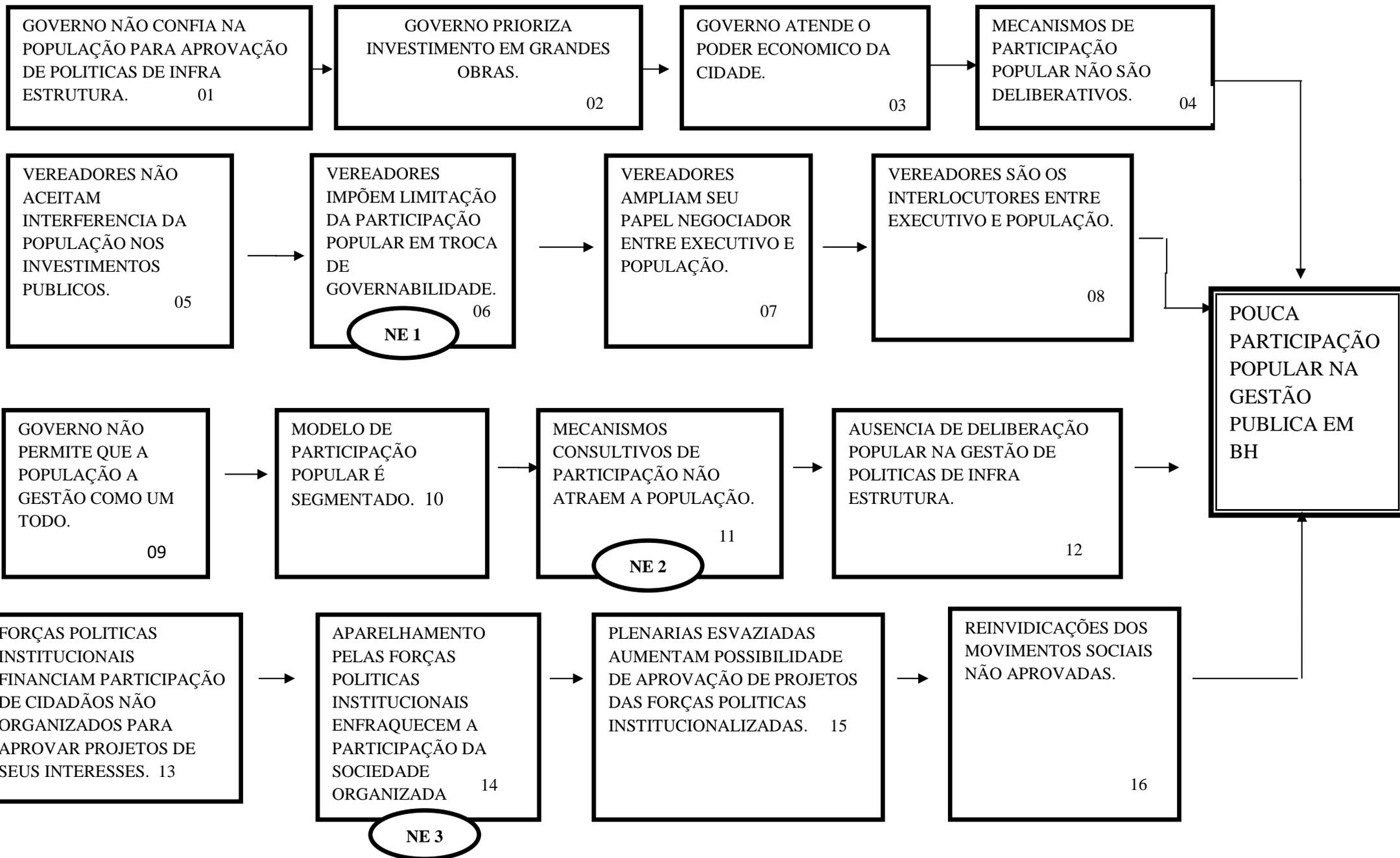
Criou-se o ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, onde democraticamente se discutia com a população quais investimentos em obras publicas seriam prioritários para atender a sua necessidade. Através do ORÇAMENTO PARTICIPATIVO e dos CONSELHOS POPULARES TEMATICOS, fomentou-se na cidade o sentimento de solidariedade entre os participantes o que construiu um novo momento de gestão junto à população com transparência nas ações da prefeitura e novas perspectivas com as determinações dos gastos públicos e a introdução de um novo ator na gestão, a população.

Este modelo criou conflitos com outros atores existentes no município, em especial com a Câmara Municipal, que sentiu seu poder ser dividido com a população e iria acabar com a politica clientelista entre os vereadores e a e as demandas populares, e ainda mais nas negociações e chantagens que estabeleciam com o poder executivo para aprovar projetos de interesse da “população”, enviados pelo Prefeito. Não menos importante, a burguesia local e o poder econômico da época também viu seus interesses serem divididos com a população e como a participação popular era uma experiência mais viva os investimentos em funções de seus interesses seriam substituído para os interesses sociais do município.

Para nós a gestão municipal atual de Belo Horizonte já deveria ter avançado a partir da experiência de gestão de 2003 para uma perspectiva de ampliação de direitos, de maior participação nas decisões governamentais, numa política decisória da totalidade dos recursos públicos de forma responsável e plenamente negociada com um planejamento amplamente participativo. Mas a politica que se impõe apesar de inúmeros mecanismos de participação popular são meramente utilitários para blindar a atual gestão escondendo os verdadeiros interesses que determinam a politica do atual governo – o capital especulativo e o poder econômico mais cruel que não se

importa em expulsar a população pobre não investem em habitação de interesse popular, inclusive o, MINHA CASA MINHA VIDA do governo federal, loteando a cidade entre os interesses do poder econômico.

2 - FLUXOGRAMA



3 - FUNDAMENTOS DOS NÓS EXPLICATIVOS

Foi a partir da identificação do problema: POUCA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA EM BH, e a tentativa de identificação dos **NÓS EXPLICATIVOS** que esse problema vai causando no seu desdobramento, foi possível identificar outras situações que também contribuem para sua ampliação.

COMENTARIOS ANALÍTICOS-CONCEITUAIS SOBRE OS NÓS EXPLICATIVOS.

A pouca participação popular na gestão pública em BH, é na verdade consequência de uma série de questões que existem na relação do Governo Municipal e a população, seja com os movimentos organizados ou com a população em geral.

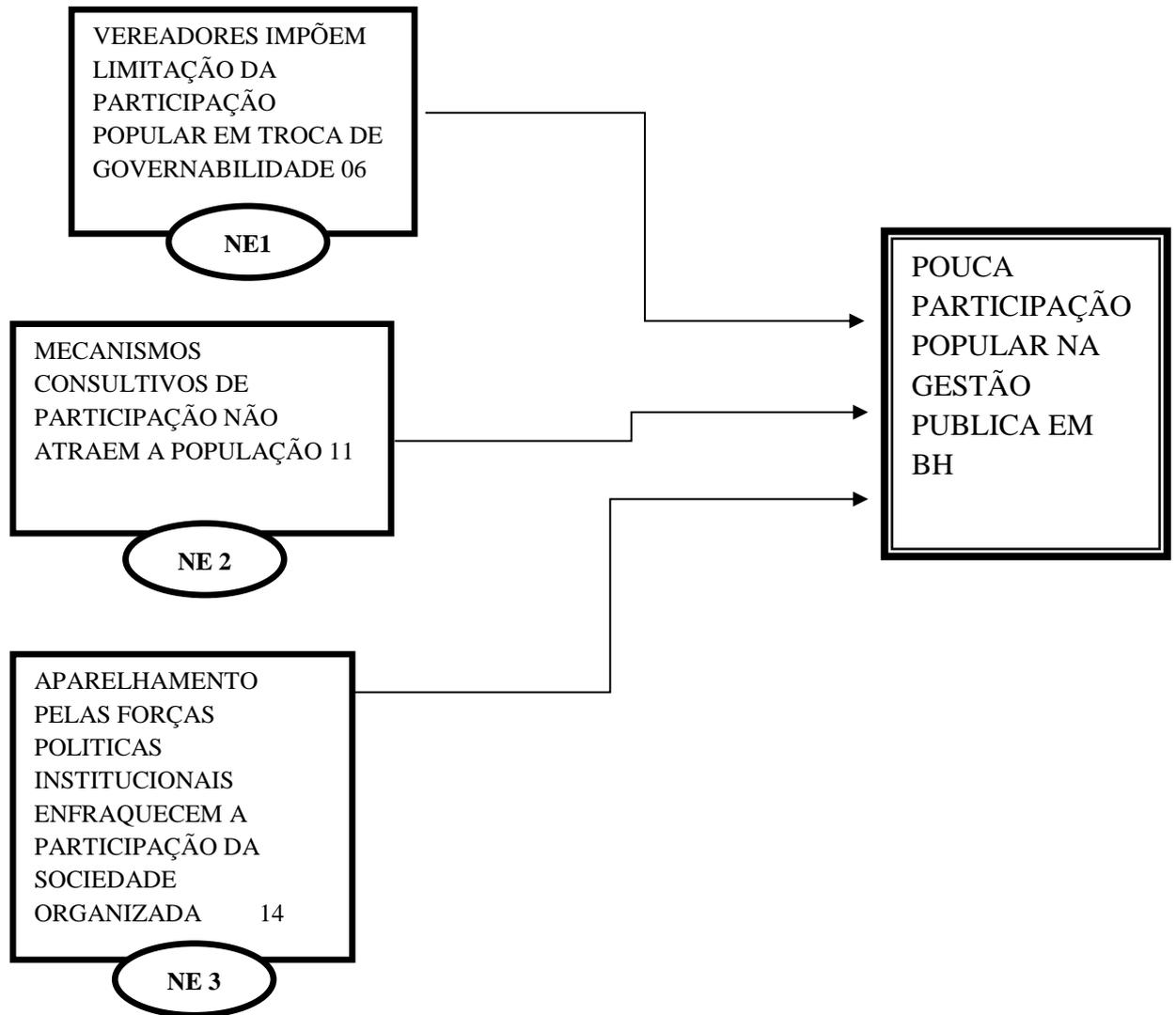
Fato é que a participação popular na gestão pública, não pode ser mero objeto de retórica ou que ela acontece “de per si”. Alguns elementos como credibilidade da gestão e dos gestores, informação, programas governamentais, garantia de sua realização dentro dos padrões acertados quando de sua aprovação, cumprimento de prazos, dentre outros fatores, são elementos que propiciam maior ou menor participação popular.

Fundamental é estimular a participação, dialogar e incentivar a presença de todos, além de criar condições para que os cidadãos e cidadãs tenham condições de estarem presentes nos mecanismos presenciais e virtuais de participação.

Portanto, a identificação dos nós explicativos abre caminhos para que possamos ter melhor referência dos “NÓS ESTRATÉGICOS”, aqueles que determinam a possibilidade de se enfrentados estancar ou minimizar o problema identificado.

Acreditamos que é fundamental ficar alerta aos NÓS EXPLICATIVOS, eles foram importantes na identificação do problema e elementos determinantes à sua continuidade, vejamos: o poder público coopta as entidades ou lideranças longe de ser um nó estratégico, neste caso, ele trás consigo elementos fortes que tentaram impedir a solução do problema, pois se resolvido os beneficiários deixariam de receber seus benefícios e de serem tratados de forma diferenciada. Como neste exemplo outros nós configuraram nova rede de situações que arraigado a situação identificada não vão contribuir para que o problema seja enfrentado e solucionado.

4 - IDENTIFICAÇÃO DOS NÓS ESTRATÉGICOS



“A partir da Metodologia de Diagnóstico de Problemas, os Nós Estratégicos são aqueles que quando resolvidos ou desatados terão alto impacto na solução do problema identificado do ponto de vista político. O ator que declara pode atuar sobre eles de forma prática e atacá-los de forma politicamente viável de maneira favorável”.
(Gestão Estratégica Pública – Instrumentos Metodológicos Operacionais –Unicamp)

Neste sentido, na busca da solução da situação problema apontado POUCA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA EM BH, elencamos como nós estratégicos os seguintes nós explicativos:

NE1) – VEREADORES IMPÕEM LIMITAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR EM TROCA DE GOVERNABILIDADE

NE2) – MECANISMOS CONSULTIVOS DE PARTICIPAÇÃO NÃO ATRAEM A POPULAÇÃO;

NE 3) – APARELHAMENTO PELAS FORÇAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS ENFRAQUECEM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE ORGANIZADA;

Estes NÓS ESTRATÉGICOS foram escolhidos a partir da análise do problema, acreditamos que ações planejadas com vistas a resolvê-los terão alto impacto sobre o problema declarado e o autor que declara o problema acredita, que apesar das dificuldades do ponto de vista político, é possível atuar sobre eles de forma prática.

5 - ANÁLISE DOS NÓS ESTRATÉGICOS

NE1 - VEREADORES IMPÕEM LIMITAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR EM TROCA DE GOVERNABILIDADE;

Outro problema que a população enfrenta na temática da participação é o poder legislativo, que insiste em não permitir que a população participe da gestão pública com o argumento que há sobreposição de poder quando determinam em seus discursos que esta questão de discutir orçamento, investimento e obras, enfim os gastos públicos são de sua responsabilidade e que constitucionalmente a responsabilidade de fiscalizar o poder executivo é do poder legislativo. E mais, os vereadores se arvoram em dizer que a relação com a comunidade para defender seus interesses é dos vereadores que “são os legítimos representantes dos interesses da população”.

Outro fator relevante neste debate é o poder executivo aceitar ou mesmo promover ações que usam o orçamento público para determinar uma relação comercial para lhe garantir governabilidade com o poder legislativo seja no sentido de garantir agilidades na tramitação de projetos de seu interesse facilitando a indicação por parte do legislativo, obras e investimentos de seu interesse, desvirtuado e contaminando o seu papel fiscalizador.

Torna-se então um NÓ ESTRATÉGICO porque influencia diretamente a relação entre o poder executivo e legislativo contaminando a relação da população com o poder executivo coibindo a participação da sociedade na defesa de seus interesses

Dentre as tarefas dos vereadores está a fiscalização do poder executivo e com este tipo de pratica a função legislativa fica comprometida, pois ela utiliza deste poder para fazer acertos de seu interesse e não necessariamente da maioria da população.

NE2 - MECANISMOS CONSULTIVOS DE PARTICIPAÇÃO NÃO ATRAEM A POPULAÇÃO;

A população tem sim interesse em participar das definições políticas do poder executivo. Ocorre que muitas vezes as possibilidades construídas pelo executivo para que esta participação se estabeleça são cercadas de dificultadores, seja na parte de estrutura para permitir a participação cidadã ou pelos métodos que são utilizados para tolher a participação.

Ao participar do pleito municipal, os candidatos a prefeito apresentam um programa de governo, obrigatoriamente registrado nos TRE's, ocorre que este programa é exatamente uma peça de ficção, pois trata dos grandes temas e de políticas relevantes, porem não existe nenhuma indicação do volume de recursos que se pretende utilizar na execução de qualquer destes programas, outro fator é que não

existe um plano de metas de investimentos e muito menos a garantia que estes programas serão executados

Influenciados pela disputa de poder com os interesses do poder econômico local, os do poder legislativo, as inconstâncias com a economia e outros fatores externos utilizam estes argumentos como desculpa para que não ajam políticas de participação, de forma deliberativa por parte da população.

Torna se um NÓ ESTRATÉGICO importante porque a população já tem inúmeros afazeres inerentes a sua sobrevivência e na maioria das vezes as condições de participação são determinadas por situações que a impedem de participar seja por falta de recursos materiais seja por causa dos horários que acontecem as atividades e ainda tem que participar de atividades que ela não nenhuma garantia que suas demandas serão resolvidas o que traz um desestímulo grande à participação popular.

NE 3 - APARELHAMENTO PELAS FORÇAS POLITICAS INSTITUCIONAIS ENFRAQUECEM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE ORGANIZADA;

A disputa pelos poucos recursos colocados a disposição da população para discussão e indicação de atuação por parte do poder público executivo é muito grande, porque não é permitido a população discutir a totalidade do planejamento e dos investimentos a serem feitos e como e quais as prioridades devem ser utilizadas pelo governo para fazê-los.

O vício negativo nos processos de participação popular para a discussão do orçamento público, começa muitas vezes na elaboração das definições para participação popular e na política que será utilizada para definir os investimentos.

Muitas vezes este processo é viciado pelo próprio poder público que através de suas regras de participação, impõe à população restrições de recursos e ao tipo de investimento que deverá ser aplicado.

Torna-se um NÓ ESTRATÉGICO porque não tem transparência e a participação popular é muitas vezes manipulada seja por procedimentos antidemocráticos de restrição ou até mesmo com a prática de cooptação de lideranças que para garantir a aprovação de pequenos investimentos que os beneficiem sujeitam-se ao jogo do poder de votar com o governo nos seus interesses.

Além de tornar o processo contaminado por práticas anti-participativas cria enormes problemas de relacionamentos entre as comunidades, pois conquistas que complementariam investimentos importantes à comunidade até mesmo em complementação a investimentos anteriores ficam parados por prazos intermináveis. O que se torna também um processo de cooptação por parte dos governos municipais para que os recursos sejam destinados a investimentos em comunidades que são ligadas aos governos.

6 -ÁRVORE DO PROBLEMA

A.1.1) INSTITUCIONALIZAR O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICIPIO

A.1.2) APRESENTAR UM CONJUNTO DOS PROGRAMAS E DE RECURSOS PARA SER DELIBERADO PELOS CIDADÃOS.

A.1.3) CRIAR O CONSELHO DA CIDADE (AQUELE QUE TEM A REPRESENTAÇÃO DE TODOS OS OUTROS CONSELHOS E APROVAM DIRETRIZES D GOVERNO E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO)

A.1.4) DIRETRIZES, PROGRAMAS E PROJETOS A SEREM IMPLEMENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DEVEM PASSAR PELO CONSELHO DA CIDADE.

A.2.1) TRANSFORMAR TODOS OS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR DO GOVERNO EM ESTRUTURAS DELIBERATIVAS QUE ATUEM SOB OS CRITERIOS PROPOSTOS PELO GABINETE DO PREFEITO A PARTIR DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E APROVADO PELO CONSELHODE CIDADE

A.2.2) CAPACITAR CONTINUADAMENTE OS GESTORES E OS REPRESENTAES POPULARES QUE PARTICIPAM DOS CONSELHOS DE TODAS AS SECRETARIA EORGÃO EO DACIDADE PARAMELHOR ATUAR COM AGENTES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A.3.1) DETERMINAR INSTITUCIONALMENTE QUE OSRPRESENTANTES POPULARES TENHAM ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUA ATUAÇÃO NOS CONSELHOS

A.3.2) CRIAR CONDIÇÕES IGUALITARIAS DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE FORMA A PROPICIAR TROCA DE FAVORES

A.3.3) CONDIÇÕES DE ACOMPANHAMENTO PELA POPULAÇÃO DA ATUAÇÃO DE SEU REPRESENTANTE.

A.3.4) FOMENTAR O ESTABELECIMENTO DE UMA REDE INTERSETORIAL ENTRE OS CONSELHEIROS PARA QUE TENHAM DOMINIO DO CONJUNTO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS E EM SUAS PROPOSTAS TENHAM UMA VISÃO DE BENEFICIAMENTO DO TODO

VEREADORES IMPÕEM LIMITAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR EM TROCA DE GOVERNABILIDADE

NE 1

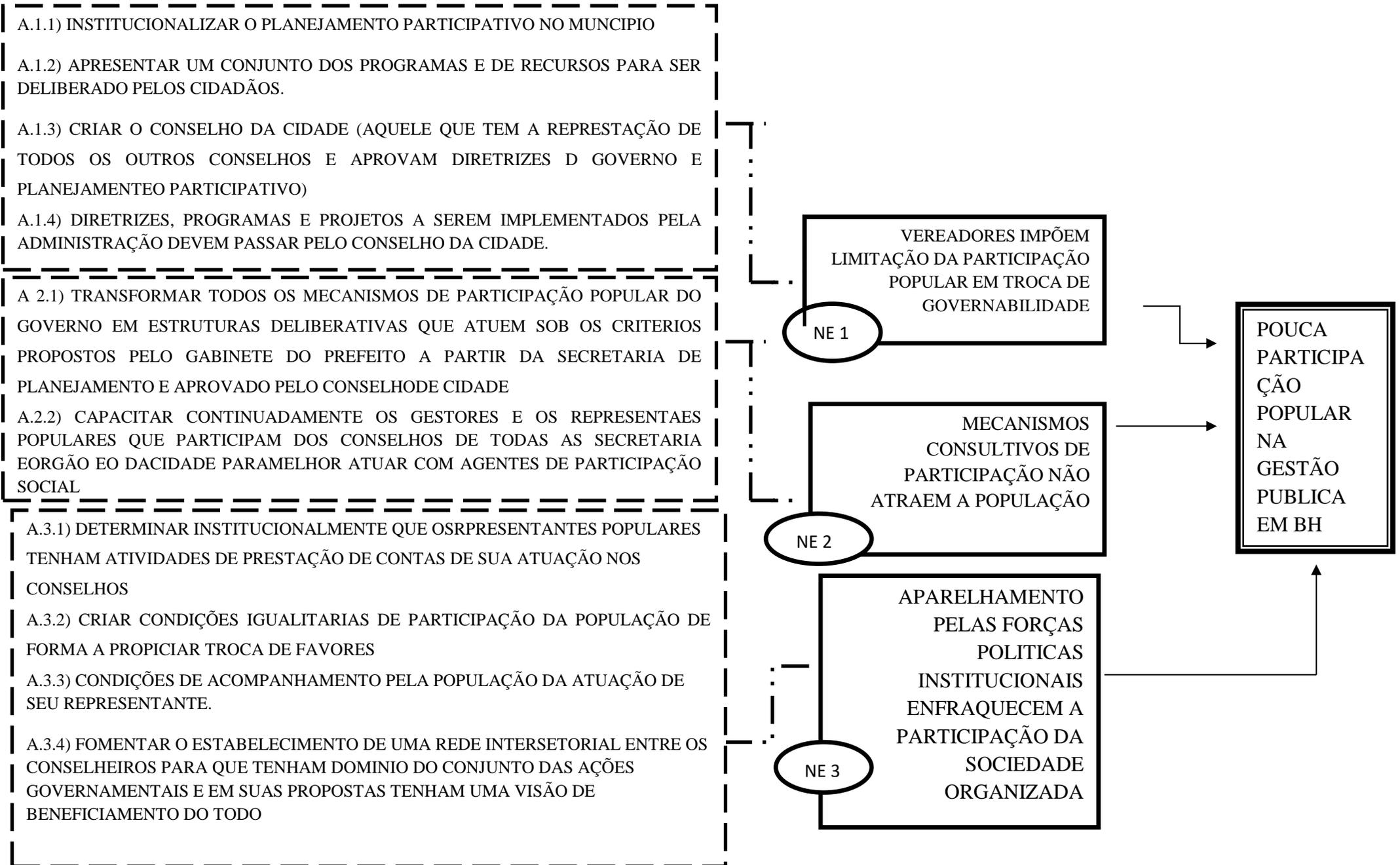
MECANISMOS CONSULTIVOS DE PARTICIPAÇÃO NÃO ATRAEM A POPULAÇÃO

NE 2

APARELHAMENTO PELAS FORÇAS POLITICAS INSTITUCIONAIS ENFRAQUECEM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE ORGANIZADA

NE 3

POUCA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PUBLICA EM BH



NÓ ESTRATÉGICO	AÇÕES	RESULTADO DAS AÇÕES
NE 1 - VEREADORES IMPÕEM LIMITAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR EM TROCA DE GOVERNABILIDADE	<p>A.1.1) INSTITUCIONALIZAR O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICIPIO</p> <p>A.1.2) APRESENTAR UM CONJUNTO DOS PROGRAMAS E DE RECURSOS PARA SER DELIBERADO PELOS CIDADÃOS.</p> <p>A.1.3) CRIAR O CONSELHO DA CIDADE (COM REPRESENTAÇÃO DE TODOS OS OUTROS CONSELHOS E APROVAM DIRETRIZES DO GOVERNO E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO)</p> <p>A.1.4) DIRETRIZES, PROGRAMAS E PROJETOS A SEREM IMPLEMENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DEVEM PASSAR PELO CONSELHO DA CIDADE.</p>	<p>NE.1.1) AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DOS CIDADÃOS.</p> <p>NE.1.2) PRIORIDADES DA CIDADE SERÃO DETERMINADAS PELA POPULAÇÃO E NÃO POR OUTROS INTERESSES.</p> <p>NE.1.3) INVESTIMENTOS NA CIDADE E NOS PROGRAMAS SOCIAIS TERÃO PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DOS CIDADÃOS</p> <p>NE.1.4) INVESTIMENTO NA CIDADE SERÁ PLANEJADO E NÃO APLICADOS POR JOGOS DE INTERESSES</p>
NE 2 - MECANISMOS CONSULTIVOS DE PARTICIPAÇÃO NÃO ATRAEM A POPULAÇÃO	<p>A.2.1) TRANSFORMAR TODOS OS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR DO GOVERNO EM ESTRUTURAS DELIBERATIVAS QUE ATUEM SOB OS CRITÉRIOS PROPOSTOS PELO GABINETE DO PREFEITO A PARTIR DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E APROVADO PELO CONSELHO DE CIDADE</p> <p>A.2.2) CAPACITAR CONTINUADAMENTE OS GESTORES E OS REPRESENTANTES POPULARES QUE PARTICIPAM DOS CONSELHOS DE TODAS AS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA CIDADE PARA MELHOR ATUAR COM AGENTES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL</p>	<p>NE.2.1) AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.</p> <p>NE.2.2) CONSELHEIROS MAIS PREPARADOS PARA DISCUTIR E APROVAR POLÍTICAS MAIS QUALIFICADAS PARA O MUNICÍPIO</p>
NE 3 - APARELHAMENTO PELAS FORÇAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS ENFRAQUECEM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE ORGANIZADA	<p>A.3.1) DETERMINAR INSTITUCIONALMENTE QUE OS REPRESENTANTES POPULARES TENHAM ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUA ATUAÇÃO NOS CONSELHOS</p> <p>A.3.2) CRIAR CONDIÇÕES IGUALITÁRIAS DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE FORMA A NÃO PROPICIAR TROCA DE FAVORES</p> <p>A.3.3) CRIAR CONDIÇÕES DE ACOMPANHAMENTO PELA POPULAÇÃO DA ATUAÇÃO DE SEU REPRESENTANTE.</p> <p>A.3.4) FOMENTAR O ESTABELECIMENTO DE UMA REDE INTERSETORIAL ENTRE OS CONSELHEIROS PARA QUE TENHAM DOMÍNIO DO CONJUNTO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS E EM SUAS PROPOSTAS TENHAM UMA VISÃO DE BENEFICIAMENTO DO TODO.</p>	<p>NE.3.1) EVITAR COOPTAÇÃO DE LIDERANÇAS POR PARTE DO PODER PÚBLICO E DE MANDATOS DE VEREADORES</p> <p>NE.3.2) CRIAR CONDIÇÕES E MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS CONSELHEIROS POR PARTE DAS ENTIDADES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS COMUNIDADES.</p>

7 - PLANO DE AÇÃO

NE 1 – VEREADORES IMPÕEM LIMITAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR EM TROCA DE GOVERNABILIDADE

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
A 1.1) INSTITUCIONALIZAR O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICIPIO	1.1.1) O Poder Executivo Cria uma Comissão Tripartite com representantes da PBH, da Câmara e dos movimentos sociais para apresentam proposta de um Projeto de Lei que crie o PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DE BH - MG	1.1.1) Comissão Tripartite composta por representantes do Executivo, Legislativo e dos movimentos sociais	1.1.1) 1 mês	1.1.1) Comissão Tripartite.
	1.1.2) Vereadores da Câmara Municipal a partir da proposta do Poder Executivo e da pressão popular aprovam a Lei que cria o PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DE BH - MG	1.1.2) Vereadores da Câmara Municipal aprovam a Lei que cria o PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DE BH - MG	1.1.2) Comissão Tripartite	1.1.2) 4 meses
A.1. 2) APRESENTAR UM CONJUNTO DOS PROGRAMAS E DE RECURSOS PARA SER DELIBERADO PELOS CIDADÃOS.	1.2.1) ORGANIZAR PLANILHAS COM TODOS OS PROGRAMAS DO PBH E SEU CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE RECURSOS	1.2.1) Recursos humanos	1.2.1) 60 DIAS	1.2.1) Secretaria de Governo e Planejamento
	1.2.2) APRESENTAR TODOS OS DADOS NA REUNIÃO DO CONSELHO DA CIDADE	1.2.2) Recursos humanos	1.2.2) 60 meses	1.2.2) Secretaria de Governo e Planejamento

A.1.3) CRIAR O CONSELHO DA CIDADE (COMREPRESTAÇÃO DE TODOS OS OUTROS CONSELHOS) E APROVAM DIRETRIZES D GOVERNO E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO)	1.3.1) ORGANIZAR ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS DO CONSELHO DA CIDADE EM TODOS OS CONSELHOS POPULARES	1.3.1) Recursos Humanos e Financeiros	1.3.1) 2 meses	1.3.1) Secretaria de Governo e Planejamento e Comissão Tripartite
	1.3.2) ORGANIZAR ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS DO CONSELHO DA CIDADE REPRESENTANDO OS SEGMENTOS QUE NÃO TEM CONSELHOS QUE OS REPRESENTES	1.3.2) Recursos Humanos e Financeiros	1.3.2) 2 meses	1.3.2) Secretaria de Governo e Planejamento e Comissão Tripartite
A.1.4) DIRETRIZES, PROGRAMAS E PROJETOS A SEREM IMPLEMENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DEVEM PASSAR PELO CONSELHO DA CIDADE.	1.4.1) DEFINIR METODOLOGIA DE FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES PARA O CONSELHO DA CIDADE	1.4.1) Recursos Humanos e Financeiros	1.4.1) Bimestral	1.4.1) Secretaria de Governo e Planejamento e Comissão Tripartite.
	1.4.2) CRIAR REGIMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DA CIDADE.	1.4.2) Recursos Humanos e Financeiros	1.4.2) 2 meses	1.4.2) Secretaria de Governo e Planejamento e Comissão Tripartite

NE 2 – MECANISMOS CONSULTIVOS DE PARTICIPAÇÃO NÃO ATRAEM A POPULAÇÃO

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
<p>A.2.1) TRANSFORMAR TODOS OS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR DO GOVERNO EM ESTRUTURAS DELIBERATIVAS QUE ATUEM SOB OS CRITERIOS PROPOSTOS PELO GABINETE DO PREFEITO A PARTIR DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E APROVADO PELO CONSELHO DE CIDADE</p>	<p>2.1.1) MOBILIZAR OS CONSELHEIROS PARA PRECIONAR A PREFEITURA PARA TORNAR TODOS OS CONSELHOS DELIBERATIVOS</p> <p>2.1.2) MOBILIZAR OS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA AMPLIAR A PRESSÃO SOB A PBH E CÂMARA JUNTAMENTE COM OS CONSELHEIROS</p>	<p>2.1.1) Recursos Humanos e Financeiros</p>	<p>2.1.1) ATÉ CONQUISTAR ESTA AÇÃO</p>	<p>2.1.1) Fórum Mineiro de Participação Popular</p>
<p>A.3.2) CAPACITAR CONTINUADAMENTE OS GESTORES E OS REPRESENTANTES POPULARES QUE PARTICIPAM DOS CONSELHOS DE TODAS AS SECRETARIAS E ÓRGÃO DA CIDADANIA PARA MELHOR ATUAR COM AGENTES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL</p>	<p>3.2.1) CONSELHO DA CIDADE DEVE ELABORAR UM PROJETO DE FORMAÇÃO PERMANENTE DE CONSELHEIROS DOS CONSELHOS DA CIDADE E DOS DEMAIS CONSELHOS</p>	<p>3.2.1) Recursos Técnicos, Pedagógicos, Humanos e Financeiros</p>	<p>3.2.1) DURANTE O MANDATO DO CONSELHO DA CIDADE</p>	<p>3.2.1) CONSELHO DA CIDADE E FORUM MINEIRO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR</p>

NE 3 – APARELHAMENTO PELAS FORÇAS POLITICAS ENFRAQUECEM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A.3.1) DETERMINAR INSTITUCIONALMENTE QUE OS REPRESENTANTES POPULARES TENHAM ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUA ATUAÇÃO NOS CONSELHOS	3.1.1) ORGANIZAR AGENDA DOS CONSELHEIROS DE INFORMAÇÃO DAS AÇÕES DA PBH E DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS SUAS ATIVIDADES	3.1.1) Recursos Humanos e Financeiros	3.1.1) TODO O MANDATO DOS CONSELHEIROS	3.1.1) CONSELHO DA CIDADE
A.3.2) FOMENTAR O ESTABELECIMENTO DE UMA REDE INTERSETORIAL ENTRE OS CONSELHEIROS PARA QUE TENHAM DOMINIO DO CONJUNTO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS E EM SUAS PROPOSTAS TENHAM UMA VISÃO DE BENEFICIAMENTO DO TODO	3.2.1) ORGANIZAR UMA AGENDA D ATIVIDADES MULTIDISCIPLINARES ENTRE TODOS OS CONSELHEIROS VISANDO A TROCA DE INFORMAÇÕES PARA UNIFICAR O ENTENDIMENTO DO CONJUNTO DE AÇÕES DOS GOVERNO	3.2.1) Recursos Humanos e Financeiros	3.2.1) TODO O MANDATO DOS CONSELHEIROS	3.2.1) CONSELHO DA CIDADE E FORUM MINEIRO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

8 - ANÁLISES DE ATORES

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
SECRETARIAS DE GOVERNO E PLANEJAMENTO	RECURSOS POLITICOS, ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS	<p>POUCA SENSIBILIDADE À PARTICIPAÇÃO POPULAR</p> <p>PRECISA DA APROVAÇÃO DO PREFEITO PARA TODAS AS AÇÕES</p>	<p>ABRINDO EFETIVAMENTE ESPAÇO PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS AÇÕES DA PBH</p> <p>PROPICIANDO A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS NAS DECISÕES DA PBH</p> <p>ENCAMINHANDO INFORMAÇÕES PRECISAS E NOS PRAZOS ESTABELECIDOS PARA A VALIAÇÃO DOS CONSELHEIROS</p>	<p>DIFICULTANDO A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS</p> <p>NÃO ACATANDO AS PROPOSTAS DOS CONSELHOS</p> <p>NÃO APRESENTANDO AS INFORMAÇÕES NOS TEMPOS CERTOS</p>	<p>ESTABELEECER ESPAÇO DE DIALOGO PERMANENTE</p> <p>NÃO PERMITIR QUE HAJA COMO SE TIVESSEM TODO O PODER NO GOVERNO</p> <p>MANTER OS MOVIMENTOS ORGANIZADOS PARA O CASO DE TER QUE AGIR COM PRESSÃO POPULAR.</p>

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
CONSELHO DA CIDADE	POLITICOS E DE MOBILIZAÇÃO	RELAÇÕES NÃO INSTITUCIONALIZADAS COM OS MOVIMENTOS.	SENDO A REFERENCIA DA PARTICIPAÇÃO NA PBH PODE CAPITALIZAR A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS	NÃO CONSEGUINDO ESTABELECE O DIALOGO UNIFICANDO OS MOVIMENTOS DO CONSELHO	FORMAÇÃO POLITICA MESA DE DIALOGOS ACOMPANHAMENTOS DAS AÇÕES
FORUM MINEIRO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	ARTICULAÇÃO COM O CONJUNTO DOS MOVIMENTOS, GOVERNO E CÂMARA	DISPUTA DE PODER ENTRE OS MOVIMENTOS	GRANDE CAPACIDADE DE LIDERANÇA, MOBILIZAÇÃO, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO	NÃO EXISTE ESTA POSSIBILIDADE	DIALOGO PERMANENTE FORTALECER SUAS AÇÕES

9 - ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

PERGUNTAS ORIENTADORAS:	ANÁLISE DA EQUIPE:
<p>1. As ações propostas para equacionar os Nós Estratégicos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?</p>	<p>Estamos falando de um modelo de gestão pública que já se esgotou no Brasil, em que pese, são modelos político gerencial que ainda são utilizados na maioria dos estados e municípios e até mesmo ao nível de federação, este modelo prima por facilitar o acesso aos mandatários estabelecer formulas nada transparentes para blindar os detentores do poder com benefícios governamentais através de acordos sem a devida transparência e de forma a atender a maioria da população.</p> <p>Neste sentido a proposta de se fazer um planejamento participativo meche com interesses encastelados nos entes federativos seja por parte da população até então beneficiada, o poder legislativo e a burguesia local que então perderam seus privilégios.</p> <p>Isto gerara conflitos que deverão ser negociados com os conselhos e o governo.</p>
<p>2. Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?</p>	

	<p>Na nossa visão a questão não deve ser tratada sob esta ótica maniqueísta. Trata-se de uma mudança significativa no modelo de gestão e que esta sendo exigido por parcelas significativas da população que são os cidadãos e cidadãs que se organizam nos movimentos sociais.</p> <p>Importante notar que no principio todas as mudanças geram conflitos, ansiedades, medos, preocupações e outros sentimentos de insegurança e o governo também experimentara essa insegurança, mas deverá se sustentar juntos aos movimentos e se usar a inteligência poderá conquistar também a outra parcela da sociedade articulando os interesses de todos neste novo projeto.</p> <p>Os aspectos técnicos e jurídicos ou até mesmos políticos não deverão resultar em efeitos negativos para o governo, mas seu comportamento durante esta ação sim.</p>
<p>3. Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?</p>	<p>O principal ponto fraco do projeto é a necessidade de mobilização social. Muitas vezes quando estas situações se</p>

colocam há enfrentamentos e embates mais fortes. Nestes momentos são necessárias varias ações que garantam e mostrem a forçados movimentos e organizações da sociedade.

Muitos movimentos por experiências anteriores preferem não fazer o enfrentamento e iniciar processos de negociações que muitas vezes não levam as conquistas esperadas.

Nestes momentos é fundamental fazer valer a forças dos movimentos.

Porém existe outro favor igualmente relevante que é a necessidade das negociações com os vários setores envolvidos, seja o poder executivo, seja o legislativo e até mesmo parcelas da burguesia, organizada ou não.

Para além das discussões e debates sobre o tema serão necessárias varias atividades de negociação e as lideranças terão que estar unidas e com muita condição de imbuída de sua importância fortalecer coletivamente a proposta o que torna o papel do Fórum Mineiro de Participação Popular extremamente importante.

4. Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?

Não. Serão necessárias muitas atividades com os militantes dos movimentos e conselheiros e isto demanda recursos e estruturas que na maioria das vezes os movimentos têm.

Ainda mais, serão necessários espaços para a realização das atividades de reuniões, plenárias, oficinas, cursos, dentre outras e como haverá conflitos com o poder publico executivo e legislativo estes espaços e estruturas e financiamentos não serão conseguidos através deles será necessário intenso procedimento de negociação.

Por parte do governo e do legislativo, seus agentes são profissionalizados para atuarem noutras e nestas condições além de terem a sua disposição todas as informações e condições de infra-estrutura para atuarem em qualquer circunstancia seja do aparato negocial ao aparato repressor.

Também, aos representantes da burguesia, sua estrutura financeira lhes permite atuar sobre qualquer circunstancia enquanto aos movimentos sociais, somente dificuldades inclusive a de não estar profissionalizado para exercer estas tarefas

5. De forma geral a equipe avalia ao final que o Plano de Ação é viável e pode efetivamente solucionar o problema escolhido?

Sim, porque são ações políticas de mudança de modelo de gestão. Não existem mais coisas para serem feitas e sim um novo modo de escolher o que deve ser feito, quanto se gastaria, do que tem, nestes programas e obras e o mais importante a mudança de comportamento no que diz respeito a quem deve priorizar estas ações, que no caso que propomos deverá ser com representantes das intuições dos movimentos sociais e não em gabinetes, dentro de quatro paredes como forma de negociatas.

Sabemos que será difícil, porém estamos convencidos na necessidade desta mudança de comportamento por parte da gestão e por isto acreditamos que a partir do momento em que se explicitar a proposta e começar os debates entorno delas com os outros atores a discussão será tensa, mas conseguiremos estabelecer um novo patamar político de gestão no município.

A viabilidade deste projeto está exatamente nas suas circunstancias porque interessa e ameaça a todos os agentes envolvidos, portanto o dialogo e as condições para o convencimento passam a ser os instrumentos mais importantes para todos

10 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A Constituição Federal de 1988 definiu o Brasil como um Estado Democrático de Direito, criando um novo modelo de gestão pública o qual estimula a participação popular, que deve ser entendida como o exercício pleno da cidadania, exigindo assim, a conscientização do indivíduo quanto ao seu verdadeiro papel na busca pela melhoria do bem estar social. Trata-se de um ensaio, cuja abordagem revela-se entorno dos novos paradigmas lançados com a promulgação da Carta Política de 1988, através dos seguintes tópicos: Novo modelo de gestão pública – novos paradigmas; Da participação popular; Críticas ao modelo de participação popular; Desafios impostos à sociedade em busca do Estado Democrático de Direito.” Nos explica - Priscyla Mathias Scuassante, em seu texto “A participação popular, prevista na Constituição Federal de 1988, garante efetivamente a realização do Estado Democrático de Direito? ”

Ainda nos determina que foi constituída como instrumento para: “I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. É o que nos o texto constitucional de 1988, em seu artigo 3º quando destaca os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Podemos responder à Doutora simplesmente que NÃO, mas estes são os pilares fundamentais da mudança dos paradigmas para um novo modelo de gestão, reclamada pelos cidadãos e cidadãs e que em fim nos permitimos após vários anos de luta.

Importante é que a pedra fundamental foi lançada, mas não basta escrever na Constituição era preciso convencer corações e mentes em especial aquelas que usurparam do poder durante os muitos sóbrios anos da escuridão, da falta de transparência e totalitarismo. Nossa historia, ao buscar o poder popular sempre foi interrompida por golpes e não é diferente o momento em que estamos vivendo em 2015, quando as forças políticas autoritárias e representantes da elite mais atrasada do planeta, que representa o capitalismo mais selvagem tenta impor novamente à força através de golpe a interrupção de uma gestão que transformou a face sombria

em que vivíamos, o medo, a fome, a exclusão, o atraso e a ausência da participação cidadã.

A partir de 2003 pudemos, depois de muitos anos lutando, vivenciar os princípios de uma gestão de esquerda, que ainda tem que conviver com as determinantes de um capitalismo em crise mundial, de uma burguesia nacional atrasada e promiscua politicamente, mas a possibilidade de vivenciar esta experiência que mudou para melhor a vida d milhões de brasileiros.

Nossas experiências democráticas de gestões participativas começaram com atuações governamentais e municípios e estados antes de ganharmos as eleições nacionais brasileira com o Presidente LULA. Isto nos propiciou experienciar como embrião muitos programas projetos e processos de gestão participativa e de transformação social, mas os inúmeros municípios não tiveram a oportunidade de experimentar as experiências das gestões democráticas e participativas do Partido dos Trabalhadores, e mesmo de prefeitos de outros partidos que aderiram a este modelo de gestão.

Podemos aprender no texto “AVALIAÇÃO GOVERNAMENTAL E OPINIÃO PÚBLICA” de Greiner Costa trata de elementos muito importantes na perspectiva de construção de uma gestão de esquerda que prima em equacionar ações políticas para o município equilibrando situações adversas entre a determinação política e ações planejadas.

Para que tenhamos ações consistentes de avaliação e determinar sua relação com a opinião publica, é fundamental que se determine inicialmente o motivo que se pretende com estas ações e a que elas servirão. É preciso fugir da ação meramente política investigativa de saber o que a população pensa da gestão a partir das pesquisas cujos resultados somente servirão de instrumento burocrático sem as necessárias análises qualificadas e também do tecnicismo de profissionais de planilhas infundáveis sem objetivos claros, pois ambos somente servirão para alimentar ecos dos gestores e mesmo com as informações ali elencadas de forma corretas senão cativarem um claro objetivo as perguntas serão equivocadas levando a análises incompletas, e por tanto sem objetividade para atingir o que se propõe-avaliar corretamente a gestão buscando elementos que solidifiquem as ações que estão sendo produzidas ou buscando as necessárias correções derrotas quando os resultados não satisfazem a gestão e a população.

O tema que dedico ao meu trabalho de Trabalho de Conclusão de Curso - POUCA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA EM BH – é em sua matriz de identificação peça fundamental como resultado de uma análise política e de avaliação da gestão pública municipal de Belo Horizonte feita pelo Fórum Mineiro de Participação Popular cujas condições política, administrativa e de estrutura, bem como, seu objetivo – avaliar a participação popular na gestão pública no município de Belo Horizonte e a eficácia, efetividade e eficiência da aplicação das políticas públicas governamentais para a população de Belo Horizonte, para que se obtenha através de avaliações permanentes das ações e resultados governamentais em políticas públicas avaliá-las, tendo como marco referencial o programa de governo apresentado pelo candidato nas eleições que o levaram ao poder.

Nos elementos apresentados pelo autor considero que suas observações são extremamente pertinentes quantos aos elementos centrais que apresenta para uma boa análise, quais sejam:

- a) no diagnóstico inicial – que neste caso o Fórum Mineiro de Participação popular trabalha sobre a égide de dois elementos que considerou fundamental- o Programa de Governo e os resultados deixados no governo anterior, que neste caso é de reeleição;
- b) no processo decisório – que neste caso são os fóruns e mecanismos de participação da sociedade que em BH não são apenas presenciais, apresentando propostas de ação exigindo da prefeitura informações sobre o desenvolvimento político e administrativo e financeiro para que se tenha transparência governamental e maior possibilidade de fiscalização por parte da população e das entidades dos movimentos sociais;
- c) durante a implementação – o acompanhamento é fundamental, mas para este acompanhamento é necessário ter fóruns legitimados pelo governo e pela população e ainda mais que tenham possibilidade de acompanhar as ações e recebam informações precisas para sua avaliação em todos os aspectos;
- d) Ao término da política pública ou do período previsto no plano de ação – ter uma avaliação dos resultados obtidos em relação ao que se esperava inicialmente, suas

alterações durante o desenvolvimento e o mais importante os resultados obtidos com a sua implantação em especial quanto a sua eficácia e o sentimento popular. ”

Importante observar que as informações são elementos essenciais ao cumprimento desta tarefa, e se o governo municipal não prima pela adoção da transparência e das condições de trabalho efetivo dos conselheiros, que tem delegação institucional e popular que realizá-la este grupo fica desmotivado, tem desconfiança do governo e ainda pior desacreditam da política de participação popular governamental produzindo-se, no tocante ao governo um crime contra a democracia.

Enfatizo nesta questão como elemento central que o não investimento no acompanhamento popular através de suas entidades na gestão pública somente produz problemas à possibilidade de investir na velha política de apadrinhamento e populistas que queremos deixar no passado. Concordamos também que como elementos centrais á uma boa avaliação governamental perpassam pelos cinco eixos elencados, que são: os Elementos Fiscais, os Atributos Sociais da População Beneficiada, a Participação Popular, a Evolução do Atendimento em Serviços Públicos e a Descentralização de Programas Sociais. Friso que são elementos importantes na composição das premissas a serem levantadas para o monitoramento da gestão pela população, mas deverão trazer consigo elementos complementares necessários a cada situação colocada e sem esquecer, a que se presta aquela atuação naquele momento.

Desta forma é importante lembrar que não basta ter elementos que constroem a política de participação, mas é necessário que se tenha uma gestão compartilhada com todos os mecanismos de participação efetivamente libertas das amarras do centralismo e do populismo, sendo necessário abris os espaços para o controle social, para que as definições políticas e financeiras estejam nas mãos dos cidadãos e cidadãs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dagnino, Renato - A capacitação de gestores públicos: Uma aproximação ao problema sob a ótica da Administração Pública;

O'Donnell , Guillermo- Anotações para uma teoria de Estado

Pomar, Wladimir - Brasil, crise internacional e projetos de sociedade,
Costa, Greiner e Dagnino, Renato - Gestão Estratégica em Políticas Públicas,

Araújo, José Prata – Um retrato do Brasil – Balanço do Governo LULA,
Site da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – MG – WWW.pbh.gov.br

Secretaria de Gestão compartilhada da PBH – Relatórios e textos diversos

Pensar BH – Publicação da Prefeitura de Belo Horizonte,

Planejar BH - Publicação da Prefeitura de Belo Horizonte,

Democracia, república e participação – Programa de Formação de Conselheiros Nacionais,

Democracia Participativa – Nova Relação do Estado com a Sociedade – Secretaria Geral da Presidência da Republica,

Revista – Teoria e Debate,

Revista – Carta Capital

TEXTOS

O controle social e a participação popular na gestão pública
https://www.youtube.com/watch?v=5s_kLi2V4e0
Estude Públicas - Vídeo #15 -

A participação popular, prevista na Constituição Federal de 1988, garante efetivamente a realização do Estado Democrático de Direito?
Priscyla Mathias Scuassante

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES SOBRE OS AVANÇOS E DESAFIOS NO PERÍODO DE 2003-2006

- Enid Rocha Andrade da Silva

<https://www.econstor.eu/dspace/bitstream/10419/91200/1/597624879.pdf>

Tecnologia Social como ferramenta de mudança - Renato Dagnino•
<http://www.bancopire.org/teceroutromundo/admin/download/Tecnologia%20Social%20como%20ferramenta%20de%20mudanca.pdf>

<http://pt-ribeirao.org.br/artigos/Beto-Cangussu/os-dilemas-da-avaliacao-governamental>

Beto Cangussu,

<http://pt-ribeirao.org.br/artigos/Beto-Cangussu/os-dilemas-da-avaliacao-governamental--2-parte--como-entender-o-atual-momento-politico-de-nosso-governo>